

MINA NÃO É ETNIA E, SIM, PALAVRA PORTUGUESA

Cicero Centriny ¹

Mina não é etnia de negros e sim uma palavra portuguesa. Antes da ocupação do atual estado das Minas Gerais, esse nome passou a ser um rótulo comercial utilizado pelos traficantes de escravos, atribuído geralmente às etnias sudanesas, para insinuar que aqueles negros entendiam de mineração e metalurgia, o que lhe majorava o preço de mercado.

Mina, ainda, por ser tal nome que os portugueses davam aos lugares no interior da África de onde afluía uma soma imensa de ouro segundo Raimundo José da Cunha Matos em seu “*Compendio Histórico das Possessões de Portugal na África*”. A partir do Século XV, o comercio do ouro foi incrementado com a chegada dos europeus na costa do Golfo da Guiné, por volta de 1670.

Mina, no Maranhão, deriva de negro mina de São Jorge da Mina, sendo assim, aqui ficou de uma certa forma tudo generalizado como os *negros mina*.

O culto dos Voduns chega ao Maranhão trazido pelos negros escravizados procedentes do antigo reino do Dahomé (atual Benin), pois a Costa da África Ocidental onde se localizava o referido reino era chamada de Costa dos Escravos e também de Costa da Mina.

Os principais grupos étnicos que construíram a ilha de São Luís foram os *Dje-dje* e os *Anagonus*, além de um contingente enorme de outras etnias já precariamente instaladas no Maranhão.

O povo fon (que no Brasil é parte dos minas) é vizinho dos iorubás, que os dominaram por um certo tempo e exerceram muita influência sobre ele, repassando-lhe mitos e deuses de suas culturas. A grande multiplicidade de deuses, de cultos e mitos é uma das características da região dahomeana. A introdução de novos deuses e novas ideias relaciona-se com as conquistas. Igualmente, o reino aceitava os cultos dos povos que dominavam, e os casamentos dos reis com as mulheres de outros grupos, que

¹ Cicero Ribeiro filho é o nome de batismo do autor. Cícero Centriny é o seu nome artístico que profissionalmente exerce a profissão de estilista e produtor de moda e eventos. Lejydokan é o seu nome religioso. Cícero é Vodunsu-Ohunjai iniciado no Tambor de Mina pelo Pai Euclides Menezes (Talabyan Lissanon) babalorixá da Casa Fanthi-Ashanti. Cicero é estudioso das religiões de matriz Africana e é autor do livro *Terecô de Codó: uma religião a ser descoberta*.

traziam seus cultos, fizeram com que a religião englobasse inúmeras divindades de povos vizinhos como ocorre até nos dias atuais.

Aqui no Maranhão isso continuou. Esses dois povos se irmanaram e continuaram a cultuar suas entidades conservando suas características e particularidades sem mexer em suas estruturas religiosas, sendo necessário conhecer a fundo as Religiões dos Voduns no Maranhão para que seus fundamentos não sejam concebidos como dogmas contraditórios.

O caldeirão etnográfico maranhense nos deixou heranças incontestáveis para a religiosidade de origem africana no Brasil, nos dando um referencial distinto dos mais variados segmentos religiosos de matriz africana organizada e instalados ao longo do nosso país. Existem gêjes espalhados por diversas partes do Brasil, sobretudo no candomblé baiano, tipo gêje mahim, geje savalu, geje midubim; agora o geje ewe-fon ou geje dahomé do Abomey, este só existe no Maranhão. Diante da sua sisudez, houve uma reorganização ou adaptações para agasalhar muitos desses Voduns fora da Casa das Minas (Querebentã de Zomadônu).

Há um equívoco em pensar em Voduns no Maranhão apenas na Casa das Minas ou no Vodun-Nagô Abioton. Terreiros do Maranhão fundados por africanos adaptaram em suas liturgias formas de cultuar Voduns gejes, e é necessário uma vivência maior nessas religiões minas para entender que quando nos referimos a um Vodun Cabinda ou de outra etnia, sabemos que as entidades angoleiras são Inquices e não Voduns. Mas aqui no Maranhão, era comum antigamente se generalizar e tratar as mais distintas entidades de “Vodun”, pois pela repressão os praticantes dessas religiões não tinham o menor interesse de fazer tais esclarecimentos para as pessoas alheias às religiões dos Voduns.

A Casa de Nagô Abioton foi a herança iorubá deixada no Maranhão que acabou associando ou acrescentando rituais oriundos de outros grupos étnicos, embora já estivessem instalados outros terreiros na variação Nagô, tipo Nagô Ibadâ, Nagô Abeuokutá e Nagô Tapa-Nupê. Vale sempre ressaltar que a Casa de Nagô Abioton foi o terreiro que serviu de modelo para todos os terreiros de Tambor de Mina do Maranhão, mesmo os terreiros de outras etnias a exemplo dos fanti-ashantis, cabindas, cachêus, que incorporaram seus ritos em suas liturgias religiosas. A prova cabal dessa miscigenação étnica e linguística está nas letras dos orin-orixás (doutrinas, cânticos). Percebem-se palavras iorubá, fon, do tronco linguístico banto, ashanti, tchi entre outras...

Dada a complexidade dessa organização étnica, apesar de se notar que esse sistema de certa forma foi até inconsciente, a generalização da maioria dos cultos maranhenses de origem africana recebeu a nomenclatura de Nagô-Vodun.

Os fantis assim como os ashantis, são grupos étnicos pertencentes ao complexo cultural Akan, que abrange diversos outros grupos localizados em Gana e oeste da Costa do Marfim, na África Ocidental. Os ashantis se concentram na região centro-sul do atual território de Gana.

Bonsús são divindades chamadas na língua Tchi, equivalente a orixá, vodun, Inquice (como é chamado pelos angoleiros). Ademais que os bonsus aqui cultuados no Maranhão, no passado não falavam e nem cantavam corretamente a língua Tchi, ou seja, na língua Ashanti, devido aos negros dessa região não terem permanecido muito tempo em solo maranhense e sobretudo no Brasil, logo retornando ao seu lugar de origem.

Sendo dessa forma aqui, na ilha de São Luís, ficou um pequeno recorte dos Fantis-Ashantis preservado no terreiro oriundo dessa nação que ficou conhecida popularmente como a Casa Fanti-Ashanti a qual associou seus Bonsús a Orixás (Anagonus), Voduns (Dje-dje), como também a muitas entidades brasileiras.

A Tenda São Jorge Jardim de Oeira da Nação Fanti-Ashanti é popularmente conhecida por Casa Fanti-Ashanti, sendo que a mesma é oriunda do já extinto Terreiro do Egito (Ilê Nyame), fundado em 12 de Dezembro de 1864, pela mãe de santo Massinokou Alapong que veio vendida como escrava, recebendo aqui no Maranhão nome de Brasília Sofia. Após certos anos de sua chefia no Egito, Massinokou faleceu deixando como sua sucessora a senhora Maria Pia dos Santos Lago (Iraé-Akou), a mãe de santo de Pai Euclides (TalabyanLissanon).

Foi exatamente Iraé-Akou, que o preparou no rito afro e também o orientou nas práticas e na estrutura do que deveria ser quando ele abrisse seu próprio terreiro.

A Casa Fanti-Ashanti foi fundada em 1º de Janeiro de 1954, tendo seu axé plantado no dia 24 de Dezembro de 1957 sob a orientação das falecidas Mãe Pia (Araé-Akou) e Mãe Anastácia Lucia dos Santos (Akisiobenã), fundadora do Terreiro da Turquia (NifêOlorum), em 23 de Junho de 1889. A Casa Fanti-Ashanti não só tem apenas uma história, mas também uma memória e preservações. Dentre tantas preservações, a Casa Fanti-Ashanti mantém padrões e rituais religiosos de procedência Geje-Nagô e de outras fontes africanas, juntamente com algumas práticas de pajelança indígena maranhense, numa demonstração de variedades e de riquezas das práticas ritualísticas.

Já para o interior do Maranhão, principalmente para o município de Codó, importante reduto de escravos, foram dois grupos principais: sudaneses, provenientes da Nigéria, Dahomé, Costa do Ouro (yerubu gêjes e ashantis) e os Bantus² (centro-africanos) dois diferentes grupos divididos em angola-congoleses e moçambicanos. Assim como malteses, sudaneses islamizados.

O forte da imigração africana deu-se em Codó no período de 1780 a 1790. Chegaram para trabalhar principalmente na agricultura e na pecuária. Nasceram fazendas prosperas nas imediações de Codó. Dos Colares Moreira, dos Brandão, dos Salazar e de outros donos de escravos, o fluxo português aumentou a vinda dos escravos africanos.

Os negros escravizados também serviam como seguranças de seus senhores. Prestavam não só a segurança física do seu amo como também vigiava as fazendas contra possíveis ataques de indígenas.

Em “História da Sociedade Brasileira”, Francisco de Alencar e outros nos ensinam que “o negro entra na sociedade brasileira como cultura esmagada, dominada. E as marcas da escravidão persistem no disfarçado preconceito racial, na situação miserável de muitos. Não se pode pensar em Brasil sem levar em conta essa história”.

Havia em Codó, no ano de 1873, uma população negra de 6.550 escravos. Sendo que 3.198 eram do sexo masculino e 3.352 pertenciam ao sexo feminino. Em todo o Estado do Maranhão, habitavam, no total, 63.291 negros escravizados, conforme a escritora Jalila Ayoub Ribeiro, no seu livro “A Desagregação do Sistema Escravagista no Maranhão”.

O resultado desse contingente de escravos no município de Codó, onde podemos encontrar em registros 16 grupos étnicos, e a partir dessa grande miscigenação étnica: surgiu mais uma variante das Religiões dos Voduns, o Terecô.

Embora este tenha uns rituais de procedência Bantu, a maior expressão religiosa deixada no culto do Terecô foi a cultura Gêje Ewe-Fon.

² Ocorre que não existe “povo banto”, mas diversos povos que falam línguas de raiz banta. Em outras palavras, banto não é povo, é raiz linguística. Foram os colonizadores que passaram a chamar todos de bantos, em função da organização de pessoas escravizadas, daí ser preferível evitar o termo. Entretanto no Maranhão é de costume se referir ao uso da palavra Bantu como um grupo étnico

Referências Bibliográficas

MATOS, Raimundo José da Cunha. *Compendio Histórico das Possessões de Portugal na África*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional. 1963.

RIBEIRO, Jalila Ayoub Jorge *A desagregação do sistema escravista no Maranhão, 1850-1888*. São Luís: SIOGE, 1990.